

CULTURA PROFISSIONAL DOS SOCIÓLOGOS

ANTÓNIO FIRMINO DA COSTA*

1. COLOCAÇÃO DO PROBLEMA

Qualquer grupo profissional com um mínimo de sedimentação social possui um conjunto de representações sobre o seu próprio domínio de actividade. Os sociólogos não são excepção. Aos conjuntos de valores, normas e representações de que são portadores, sobre a sociologia enquanto disciplina científica e enquanto actividade profissional, pode chamar-se *cultura profissional dos sociólogos*.

A ideia central que aqui gostaria de debater é a de que a cultura profissional dos sociólogos tem efeitos decisivos na capacidade de estes se implantarem no mercado de trabalho, na definição dos seus papéis e das suas competências profissionais, e nos modos de praticar a profissão de sociólogo. Tem também repercussões importantes sobre o tipo de investigação científica praticada, sobre o ensino e a aprendizagem da sociologia, e sobre a imagem pública que da sociologia se vai tendo.

Não pretendo afirmar que a auto-definição que os sociólogos dão de si próprios seja a única variável explicativa das facilidades e dificuldades da profissionalização, e das modalidades em que esta pode ser levada a cabo. Há outros factores a ter em conta, alguns deles muito poderosos — factores de carácter histórico, estrutural e contextual.

Parto, sim, de duas hipóteses. A primeira é a de que, também na profissionalização dos sociólogos, se aplica, em maior ou menor grau, uma das mais célebres proposições da sociologia, o teorema de William Thomas: «se as pessoas definem as situações como reais, estas tornam-se reais nas suas consequências». Está claro que nem sempre as crenças sociais desencadeiam um mecanismo de profecia que se auto-realiza — para utilizar outra conhecida fórmula sociológica, de Robert Merton¹. Mas é frequente

* ICS/ISCTE/CIES.

O autor apresentou, com base neste texto, uma comunicação ao 1.º Congresso Português de Sociologia, realizado em Lisboa, em Janeiro de 1988.

que essas crenças contribuam para produzir alguns efeitos. Se a cultura profissional dos sociólogos for predominantemente uma cultura da sua menor valia e incapacidade profissionais, então o mais provável é que dificulte o pleno desenvolvimento das potencialidades da profissão.

A segunda hipótese é a de que a cultura profissional dos sociólogos é, por sua vez, decorrente, de um feixe de condições e processos, endógenos e exógenos ao campo da sociologia. São factores que vão contribuindo para continuamente configurar e reconfigurar a cultura profissional dos sociólogos. Este sistema simbólico de valores, normas e representações constitui-se, assim, numa variável mediadora fundamental, através da qual vários outros factores concretizam, pelo menos em parte, a sua influência.

2. PROFISSÃO DE SOCIÓLOGO E SOCIOLOGIA DAS PROFISSÕES

Para apoiar a análise podemos deitar mão de algumas sugestões retiradas do vasto corpo de problematizações, conceitos e estudos empíricos da sociologia das profissões.

Importa desde logo salientar que, sob muitos pontos de vista, a sociologia não é, de modo nenhum, um caso isolado e atípico. Pelo contrário, partilha com outras profissões certas características-chave e tem em relação a elas paralelismos marcantes no que respeita ao processo de profissionalização. Para delimitar o campo de análise, podemos aqui circunscrever-nos às profissões em sentido restrito, àquele conjunto de actividades a que os anglo-saxónicos chamam *professions* — quer dizer, a profissões clássicas como a medicina e a advocacia, e à constelação mais recente de profissionais tais como os engenheiros ou os economistas, os psicólogos ou os arquitectos, entre outros.

Quais são os traços principais destas profissões?

Num dos primeiros trabalhos sistemáticos sobre o tema, de 1928, Carr-Saunders diz que «uma profissão pode talvez ser definida como uma ocupação baseada num estudo e num treino intelectuais especializados, cujo objectivo é fornecer a outrem serviços ou conselhos altamente qualificados a troco de determinados horários ou salários»². Talcott Parsons considera que «o desenvolvimento e a crescente importância estratégica das profissões constitui provavelmente a mudança mais importante que ocorreu no sistema ocupacional das sociedades modernas»³. Opiniões convergentes com esta, embora com cambiantes de sentido, têm sido produzidas, aliás, por autores com orientações teóricas bem diversas. É o caso dos trabalhos de John e Barbara Ehrenreich sobre a «classe profissional-dirigente»⁴, de Alvin Gouldner sobre a «nova classe»⁵ e de John Goldthorpe sobre a «classe de serviços»⁶, para dar só estes três exemplos de análises que realçam a centralidade das profissões de elevada qualificação intelectual, científica e técnica na sociedade actual.

Segundo Parsons, o *complexo disciplinar-profissional* institucionaliza

as relações entre, por um lado, um tipo específico de ocupações e, por outro, um elemento central dos modernos sistemas culturais, isto é, as disciplinas intelectuais, nas suas três vertentes: ciências naturais, ciências sociais e humanidades. As profissões funcionam, assim, mais na base da competência técnica que na das leis do mercado ou na da regra burocrática. Pressupõem uma aquisição formal de competências culturais, científicas e técnicas. E pressupõem igualmente mecanismos institucionais de certificação, quer da validade dessas competências, quer de que a respectiva utilização é feita de formas socialmente responsáveis. À medida que a estrutura institucional do complexo disciplinar-profissional se foi sedimentando, a universidade foi-se tornando cada vez mais o seu centro.

Numa óptica diferente, os trabalhos de Everett Hughes e outros sociólogos mais inspirados pelas abordagens interaccionistas simbólicas que pelas estrutural-funcionalistas, fornecem-nos igualmente interessantes tópicos de análise⁷. Centram-se desta vez nos *processos de profissionalização*, quer dizer, de emergência, consolidação e desenvolvimento de cada grupo profissional. Analisa-se a prática profissional dos membros desse grupo e as estratégias que desenvolvem no sentido de construírem uma identidade colectiva, de obterem o reconhecimento social das suas competências específicas, de conseguirem o monopólio (ou pelo menos um acentuado controlo) de um certo domínio do saber e do trabalho, e de terem acesso a níveis elevados de estatuto social.

Algumas análises de influência marxista e weberiana convergem também no estudo destes procesos de profissionalização, tratando nomeadamente de temas como o das relações com o Estado, o das repercussões na transformação da estrutura de classes, o do papel das associações profissionais, o da luta de classificações, o da criação e difusão de uma imagem pública, o das oposições e inter-relacionamentos entre cultura burocrática e cultura profissional, o dos movimentos de contestação dos efeitos de dominação produzidos pelas profissões em variadas esferas da vida social.

Seguindo de perto uma excelente síntese de António Nóvoa⁸, pode dizer-se que das abordagens funcionalistas importa retomar a ideia de que também na sociologia, como em qualquer profissão, estão presentes duas dimensões constitutivas: a do *saber* e a da *ética*. E, das abordagens interaccionistas interessa reter a ideia de considerar quatro elementos que pontuam as diversas etapas do processo de profissionalização da sociologia: *o exercício da profissão a tempo inteiro, a fixação estatal das condições legais de acesso à profissão, a formação universitária e a associação profissional*⁹.

3. PADRÕES COGNITIVOS E PADRÕES DEONTOLÓGICOS

Vejamus então brevemente, sem qualquer preocupação de exaustividade, algumas questões relacionadas com a cultura profissional dos sociólogos em Portugal.

O primeiro conjunto de questões pode ser examinado na óptica de que a cultura profissional dos sociólogos, como qualquer outra, se organiza em torno de um duplo conjunto de *padrões cognitivos* e de *padrões deontológicos*.

É nestes termos que, por exemplo, Robert Merton analisa as estruturas culturais e institucionais das profissões¹⁰. As escolas universitárias, as associações profissionais e a prática da actividade socializam os profissionais tanto nos padrões cognitivos de conhecimentos teóricos e capacidades técnicas como nos padrões morais de valores e normas da profissão. Nessa linha, seria muito interessante estudar temas como o da ambivalência entre normas e contranormas da cultura profissional dos sociólogos, ou o dos desfasamentos entre o comportamento real dos sociólogos e o comportamento prescrito pela sua sub-cultura profissional.

Mas, neste momento, limitar-me-ei a discutir quatro questões enquadráveis nesta abordagem da cultura profissional dos sociólogos como conjunto articulado de padrões cognitivos e padrões deontológicos.

a) O modelo cultural de dissociação entre ciência e profissão

Tem sido preponderante na cultura profissional dos sociólogos no nosso país a noção de que quem faz sociologia não exerce uma profissão, e de que quem exerce uma profissão não faz sociologia. Pode parecer uma ideia bizarra, mas a verdade é que tem estado largamente presente e que há um conjunto convergente de razões que ajudam a perceber porque é que tal tem acontecido. Não é menos verdade entretanto que, por um lado, é uma noção que não resiste a um mínimo de análise sociológica e, por outro, é um traço cultural inibidor de uma maior afirmação e de uma melhor prática da sociologia como ciência e profissão.

Quantas vezes não ouvimos já, todos nós, a lamentação de que não se encontra um emprego em que se possa — é esta a expressão utilizada — «verdadeiramente, fazer sociologia»? E o que é que se entende, nesse contexto, por «verdadeiramente, fazer sociologia»? Em termos gerais é o seguinte: ensino e investigação no quadro universitário. O mais curioso é que, no imaginário de muitos dos nossos colegas, investigação científica e ensino universitário não são uma profissão, incluível no leque mais vasto de papéis profissionais que os sociólogos podem desempenhar, mas como que uma espécie de «essência» ontológica. Correspondem a «ser-se» sociólogo...

Este traço essencialista do que tem constituído uma vertente marcante

da cultura profissional dos sociólogos tem sido, aliás, partilhado tanto por docentes e investigadores como por sociólogos com outras inserções profissionais e por estudantes de sociologia. O resultado é que um sector numeroso de docentes universitários e investigadores profissionais acredita que qualquer outro papel profissional não é compatível com a qualidade de ser-se sociólogo. E, em grande parte, os outros licenciados ou licenciados em sociologia crêm também que, se conseguirem ser sociólogos, é porque não têm de exercer uma profissão e, em sentido inverso, se exercerem uma profissão, então é porque não são verdadeiramente sociólogos.

Não vale a pena insistir em que, «tal como outras instituições sociais, a da ciência tem os seus valores, normas e organização característicos»¹¹, nem que, da forma institucionalizada como é praticado nas sociedades actuais, inserido no âmbito do complexo disciplinar-profissional, o próprio exercício da ciência assume uma forma profissionalizada, num contínuo de inter-relacionamentos e sobreposições com o conjunto das profissões de qualificação escolar de nível superior.

Mais interessante é admitir que tal contraposição entre ciência e profissão, no campo da sociologia, tem certamente razões explicativas. Uma delas pode talvez ser procurada na maneira como na cultura profissional dos sociólogos se incrustam normas genéricas do *ethos* da ciência, tais como o universalismo, o carácter comunitário dos conhecimentos produzidos, o desinteresse e o cepticismo organizado¹². Com todas as ressalvas que têm sido feitas a estes conceitos¹³, na medida em que os tomemos como componentes, entre outros, das representações que os protagonistas da prática científica têm da sua própria actividade, podem constituir referências úteis para ajudar a compreender como entre os sociólogos se podem gerar representações contrapostas de ciência e profissão¹⁴.

Outro elemento de explicação desta contraposição tem a ver com uma curiosa tendência — de que já Lévi-Strauss dava conta referindo-se aos seus tempos de estudante, nos anos 20 — de os estudantes universitários se dividirem entre os que procuram a universidade para conseguirem ter uma profissão e os que a procuram para conseguirem não ter uma profissão¹⁵. Esta clivagem, aliás, tem sido periodicamente realimentada por várias ideologias e sensibilidades culturais — dos elitismos aos esquerdismos e aos pós-modernismos¹⁶.

Outros elementos ainda que contribuem para entender o que tem sido a presença pesada, na sociologia portuguesa, do modelo cultural da dissociação entre ciência e profissão estão relacionados com a história concreta da sociologia no nosso país e com características específicas da sociologia enquanto disciplina científica, aspectos que são tratados em pontos seguintes.

b) As relações entre problemas sociais e problemas sociológicos

Um dos componentes nucleares da cultura profissional dos sociólogos é o requisito da distinção entre problemas sociais e problemas sociológicos. Todos sabemos a importância epistemológica da distinção¹⁷. Mas o que importa aqui salientar é que se trata de um ponto particularmente crucial de entrecruzamento entre padrões cognitivos e padrões deontológicos.

Numa versão muito difundida da cultura profissional dos sociólogos, o referido preceito actua através de um encadeamento de sentidos mais ou menos com a seguinte forma: o equacionamento de problemas sociológicos, enquanto problemas de conhecimento, não tem nada que aceitar os termos em que o senso comum ou as instâncias do poder formulam problemas sociais; normalmente exige mesmo desmontar o modo como tais problemas são postos; logo, os sociólogos não podem responder, nem sequer corresponder, à maioria das expressões, correntes ou potenciais, do pedido social que lhes é feito; a única encomenda social que podem aceitar é a de equacionarem, eles próprios, da sua exclusiva lavra, problemas sociológicos, para em seguida os estudarem; logo, se se lhes coloca a perspectiva de um emprego num ministério, numa autarquia ou numa empresa, das duas uma: ou não o aceitam ou, se o aceitam, é com má consciência, por irem infringir os preceitos normativos da sociologia.

Assim, a necessidade de distinção entre problemas sociais e problemas sociológicos surge, de facto, não só como requisito de constituição da prática sociológica enquanto processo científico de apreensão cognitiva da realidade social mas, muito mais do que isso, como um dos operadores centrais da estruturação da cultura profissional dos sociólogos, ao estabelecer importantes implicações recíprocas entre normas de produção do saber sociológico e normas deontológicas do comportamento profissional do sociólogo.

É claro que a versão atrás referida não é a única modalidade possível de conceber este entrelaçamento cognitivo-deontológico. As questões de que ela parte são efectivamente questões pertinentes e complicadas que não me proponho examinar aqui em toda a sua extensão. Cabe adiantar, no entanto, que tal versão apresenta claras debilidades, nomeadamente quando, em comparação com a relutância em enfrentar várias formas de pedido para a intervenção profissional do sociólogo, subestima a existência de problemas análogos, embora eventualmente menos prementes ou actuando de outros modos, na investigação científica. Ignora o problema da relevância dos objectos de estudo¹⁸. E trata com excessiva ligeireza a maneira como na prática de investigação se colocam as questões da relação com os valores, ou da consciência possível, ou dos interesses de conhecimento, ou dos efeitos de posição na análise sociológica — para utilizar expressões com significados próximos, de Weber¹⁹, Goldmann²⁰, Habermas²¹ e Bourdieu²², respectivamente.

Esta postura, pela impotência profissional a que conduz, acaba tam-

bém por induzir nalguns uma reacção simétrica, a do menosprezo pelo contributo fundamental que só uma sólida preparação teórica e metodológica de base pode dar para a formação da capacidade de construir e manusear conhecimentos operatórios e de enfrentar com destreza, flexibilidade, criatividade e competência uma diversidade de solicitações profissionais. Cai, assim, em modos imediatistas e praticistas de encarar a profissão, desinteressantes, qualificadores e ainda por cima ilusórios quanto às possibilidades de inserção no mercado de trabalho.

De facto, como também assinala Renaud Sainsaulieu²³ para a França e para a Holanda, a procura actual das competências profissionais dos sociólogos tem que ver com o crescente reconhecimento de que outros técnicos e especialistas não possuem nem a perspectiva analítica, nem os conhecimentos, nem a tecnicidade necessários para lidar com a complexidade das relações e dos processos sociais; e também de que as receitas pré-fabricadas, mal fundamentadas e desadequadas aos casos concretos são hoje claramente insuficientes para encarar uma multiplicidade de situações, problemas, actividades e processos de mudança. A brecha de entrada dos sociólogos no mercado de trabalho é a do diagnóstico em profundidade e a da intervenção sociologicamente informada, a das permanentes idas e vindas entre saberes teóricos e saberes operatórios, entre pesquisa, formação e intervenção, a das formas de colaboração entre o sociólogo interno às organizações (empresas, autarquias, associações, serviços públicos, gabinetes técnicos, ministérios, meios de comunicação social) e o sociólogo externo (centros de pesquisa universitários e privados, gabinetes de estudo, profissionais liberais). Quanto mais o sociólogo se embrenha nos problemas concretos, mais encontra, bem no seu centro, dimensões, formas e processos gerais do social. Nessas circunstâncias, ou sabe equacioná-los e trabalhá-los, ou então poucas possibilidades tem de impôr o reconhecimento específico das suas competências profissionais.

Uma maneira alternativa de ver a questão das relações entre problemas sociais e problemas sociológicos conduz, pois, a não ignorar os pedidos sociais. A actividade profissional do sociólogo — seja ela realização de estudo diagnóstico, elaboração de análise prospectiva, parecer de consultor ou de perito, intervenção sociologicamente informada no contexto social em causa de forma pontual ou permanente, participação em processos de investigação-acção, ou outra — passa então por um procedimento-chave: o da *reformulação do problema social em problema sociológico*, em vez de traçar entre eles um qualquer muro intransponível.

Essa operação de reformulação, sendo uma exigência epistemológica, constitui-se também num indispensável requisito deontológico. É uma operação que, por sua vez, requer e fundamenta uma margem de *autonomia profissional* tão grande quanto possível. Para que os sociólogos possam exercer as suas competências profissionais específicas — fornecendo novos contributos que outros não estão preparados para dar e conduzindo a resultados que outros, por si sós, não conseguem obter — é necessário que te-

nham autonomia profissional suficiente para que as suas respostas passem pelo processo de reformulação dos problemas sociais em problemas sociológicos²⁴.

c) A auto-reflexividade sociológica da sociologia

Toda a atitude científica e intelectual moderna está impregnada, em maior ou menor grau, pelas ideias do exercício crítico da razão e de procurar ver para além das aparências imediatas.

A cultura profissional dos sociólogos não se distingue, a tal respeito, das outras — a não ser pela maneira exacerbada com que tem praticado a crítica epistemológica dos seus próprios procedimentos e produtos cognitivos. Para além disso, a sociologia tem algo de relativamente específico em relação aos outros campos disciplinares-profissionais: uma aguda consciência sociológica de si própria, uma permanente auto-reflexividade sociológica sobre a sociologia enquanto prática social e sistema de representações, palco de conflitos de interesses e de jogos de poder, sobre a prática da sociologia enquanto actividade científica e profissional socialmente condicionada, socialmente produzida e sempre com problemáticas consequências sociais²⁵.

Tais características constituem, a meu ver, um património inestimável incorporado na cultura profissional dos sociólogos.

Esta auto-reflexividade sociológica da sociologia tem não só implicações cognitivas mas também implicações deontológicas. Se, a exemplo de Frank Parkin, analisarmos os processos de profissionalização enquanto estratégias de exclusão, damos conta de que a estratégia de fecho credencialista combina, em graus diversos, uma orientação da profissão no sentido de exercer um controle apertado sobre os padrões técnicos e morais dos seus membros com uma orientação no sentido de circunscrever e limitar o número de profissionais e de promover a respectiva capacidade de monopolizar o acesso a benefícios e honrarias²⁶.

A auto-reflexividade sociológica pode permitir-nos, pelo menos, a tentativa de subordinar o fecho à qualidade profissional e à responsabilidade social, em vez de subordinar estas últimas à mera instrumentalidade do fecho. Importa designadamente não deixar que mecanismos efectivos de certificação da qualidade profissional e da responsabilidade social no acesso à profissão de sociólogo e no respectivo exercício se transformem em convenções cerimoniais de defesa de privilégios de exclusão. Podemos assim, inclusivamente, nesse elemento fundamental do processo de profissionalização que é a criação e a consolidação da influência das associações profissionais, minimizar tendências para, das legítimas preocupações com a deontologia profissional, se resvalar para um corporativismo estreito.

Será talvez interessante mencionar aqui o minucioso trabalho de Duncan MacRae acerca das relações entre os quadros conceptuais de diversas

ciências sociais e aquilo que designa pelas suas éticas latentes²⁷. Para este autor, a ética latente da economia seria predominantemente uma ética da satisfação das preferências individuais, a da ciência política tenderia a centrar-se numa ética da compatibilização entre a satisfação das preferências individuais e os julgamentos morais acerca do bem-estar colectivo por parte dos representantes, e a da psicologia seria antes de mais uma ética da mudança das preferências individuais através da aprendizagem e da terapia. É curioso notar como todas estas éticas latentes²⁸, centradas nas preferências individuais, originam culturas profissionais em que a aplicação interveniente dos saberes não aparece como particularmente problemática.

Diferentemente destas, a ética latente da sociologia seria, segundo MacRae, uma ética relacional, além de fortemente impregnada pelo apreço dos valores da ciência e por um cunho crítico associado à desmontagem das representações convencionais e institucionais da vida social. No seu núcleo estaria uma particular atenção ao carácter socialmente construído — e, portanto, a um tempo constringedor, arbitrário e sempre mutável — da ordem social, bem como às questões da reciprocidade e da simetria na legitimação, escolha e mudança das normas sociais.

Estas latentes implicações éticas do fundo conceptual da sociologia, se por um lado têm colocado aos sociólogos óbvias dificuldades em conceber a sua prática como uma actividade profissional, são por outro lado um preço que vale a pena pagar pelo acréscimo de lucidez analítica e de postura democrática que comportam. É também de tal combinatória cognitiva e deontológica que decorre o contributo diferencial da sociologia, enquanto abordagem específica e actuante sobre aspectos a que outros campos disciplinares-profissionais não são tão sensíveis nem têm ferramentas conceptuais para defrontar²⁹.

d) Diversos paradigmas sociológicos e diferentes formas de conceber a prática profissional

Como se sabe, na investigação sociológica os diferentes paradigmas conduzem a resultados diferenciados. São diversas as interrogações que se formulam, os objectos de análise que se constroem, as variáveis que se seleccionam, o modo como se tratam as relações de observação e por aí fora.

Do mesmo modo, nem todos os paradigmas propiciam idêntica capacidade de resposta às solicitações do mais vasto espectro de papéis profissionais que os sociólogos podem exercer. É uma questão que nos levaria muito longe e que não é possível desenvolver aqui em toda a sua extensão.

Bastará de momento referir que «no cruzamento das exigências de cientificidade da sociologia com as exigências da sua inserção profissional tem de haver reciprocidade de ajustamentos»³⁰. Não são só outros protagonistas sociais que se vão vendo na contingência de aceitar a reformulação de problemas sociais em problemas sociológicos, como condição para

que os sociólogos possam aplicar as suas competências específicas. São também os sociólogos profissionais que não podem deixar de construir objectos de análise de forma ajustada ao enfrentamento efectivo das questões que lhes levantam, e de produzir e aplicar saberes operatórios dotados de pertinência e eficácia nesses contextos.

Confrontar-se com os pedidos sociais obriga o sociólogo, muitas vezes, a partir de teorias, a formular objectos de análise, a privilegiar variáveis e procedimentos metodológicos diferentes dos rotineiramente associados a compartimentações artificiais e tradicionalistas do campo da sociologia.

Em grande parte dos casos, os sociólogos estão a ser chamados a trabalhar nas meso-estruturas³¹, nos processos de mudança, no contacto directo com os actores em presença em contextos locais ou organizacionais; estão a ser chamados a procurar perceber e intervir nas relações recursivas entre estrutura e acção³², a prestar particular atenção às variáveis alteráveis sem no entanto perder de vista as tendências pesadas e os enquadramentos estruturantes, a tornar-se especialistas da dimensão sócio-cultural e das suas relações com os jogos de poder, com as distribuições de recursos, com as dinâmicas de desenvolvimento.

Este movimento não consiste tanto numa passagem da teoria à tecnologia social, encarada como descida dos degraus da cientificidade, mas muito mais num deslocamento lateral dos focos de interesse, dos objectos de análise, dos paradigmas predominantes e, sobretudo, da maneira como os sociólogos encaram a sua relação com as teorias científicas e com as actividades profissionais.

A actual tendência para a laicização da relação com os paradigmas, superadora de velhas crispações dogmáticas e unilaterais, começa a convergir com esta maneira de considerar as teorias, conceitos e métodos da sociologia na sua instrumentalidade, como ferramentas para a produção, tanto de conhecimentos sociológicos acerca da realidade social como de saberes operatórios para a intervenção de maneira sociologicamente informada nos processos sociais³³.

Não se trata de fazer cedências à cientificidade para conseguir a profissionalização nem de fazer cedências à inserção profissional para manter a cientificidade sociológica. «Ciência e profissão» não constituem um jogo de soma nula, em que para se ganhar num lado se tivesse que perder no outro. Pelo contrário, têm todas as condições de proporcionar resultantes aditivas de potenciação recíproca.

Uma pesquisa sociológica mais desenvolvida sobre a sociedade portuguesa, com um campo muito mais vasto de observáveis e com uma gama muito mais lata de procedimentos de abordagem, tem tudo a ganhar com a existência de sociólogos profissionais nas empresas, nos departamentos de estado, nas autarquias, nos meios de comunicação social, nos gabinetes de estudos e projectos, nas equipas de planeamento, como técnicos e agentes de desenvolvimento³⁴, no apoio à animação cultural, em equipas de for-

mação, como técnicos de gestão dos sub-sistemas sócio-culturais das organizações³⁵, como especialistas do estudo e da intervenção sociologicamente informada nos processos de mudança. Em toda esta actividade se ganha acesso aos terrenos, se recolhe informação valiosíssima, se constroem saberes operatórios, se descobrem problemas de análise.

Uma investigação sociológica de base sobre a sociedade portuguesa que queira dar um salto qualitativo em relação às limitações com que actualmente é praticada (mesmo que com excelente qualidade), precisa de se inserir numa rede alargada e densa de profissionais de sociologia, de promover uma estreita articulação cooperante com os que, nos mais variados nós do relacionamento social, exercem papéis profissionais extra-universitários. Estes, por sua vez, têm tudo a ganhar com uma colaboração tão sistemática quanto possível com os núcleos da investigação profissional e ensino da sociologia, com vista à permanente actualização teórico-metodológica, à canalização de conceitos e procedimentos para os diversos campos específicos de actividade, à divisão de trabalho e à complementaridade de esforços para o exame de problemas e materiais sob diferentes ângulos, segundo os ritmos próprios de cada perfil profissional e com exigências de tipos de resultados diferentes, de acordo com os critérios das diversas instituições.

Tal como acontece noutras profissões, a formação dos estudantes e a sua capacidade de profissionalização ficaria extremamente enriquecida com um sistema de trabalhos pontuais e de estágios prolongados a realizar junto dos profissionais instalados nos vários campos de actividade, acompanhados pelos docentes responsáveis. Em contrapartida procurariam prestar algum apoio aos profissionais que os recebessem. Mas esta situação só se poderá verificar quando houver uma difusão relativamente alargada de lugares ocupados por profissionais. A actual geração de sociólogos vai ter ainda que desbravar por si só, sem orientadores de estágio, modalidades de exercício da profissão e construir de raiz os perfis dos papéis profissionais a desempenhar.

Por outro lado, é uma ilusão pensar-se que uma maior adequação do ensino da sociologia às exigências da profissionalização pode fazer-se à custa de um empobrecimento das componentes teóricas, epistemológicas e metodológicas de base. Essa é a concepção do modelo cultural da dissociação entre ciência e profissão. Pelo contrário, os desafios profissionais que os sociólogos começam a defrontar o que exigem é uma vasta e sólida preparação teórica, geradora de flexibilidade, polivalência e criatividade, em condições de acentuada autonomia no exercício das suas competências profissionais específicas. Além disso, se é inegável a utilidade de um bom domínio dos métodos e das técnicas de investigação sociológica, estes constituem apenas um segmento restrito do reportório de saberes operatórios, a construir para as várias áreas em que se poderá desenvolver a profissão de sociólogo, e a introduzir na formação dos sociólogos, na escola e nos estágios profissionais.

4. O PROCESSO DE PROFISSIONALIZAÇÃO

O processo específico de profissionalização da sociologia no nosso país deixou marcas próprias, como seria de esperar, na actual configuração da cultura profissional dos sociólogos portugueses.

A história das condições e das contingências, dos precalços e dos sucessos da emergência, da institucionalização e do alargamento do campo da sociologia em Portugal tem sido feita noutras ocasiões³⁶. Não é necessário, por isso, que me alongue a esse respeito.

Basta dizer que, em termos gerais, creio poder falar-se de um *período dos pioneiros* (até 1974), de um *período de institucionalização universitária* do ensino e da investigação científica (até meados dos anos oitenta) e de um *período de constituição dos sociólogos em grupo profissional* (de que estamos a dar os primeiros passos).

Se as primeiras etapas cumpriram cabalmente as tarefas fundamentais de delimitação epistemológica e teórica da disciplina, de constituição do respectivo campo científico e de institucionalização universitária, é também verdade que, do conjunto das circunstâncias em que o fizeram e da própria natureza dessas etapas decorreu, durante algum tempo, como panorama dominante, um pendor teorístico e um certo enclausuramento académico da sociologia em Portugal, que contribuíram para a generalização da cultura profissional de dissociação entre ciência e profissão.

Já não estamos nessa fase. Este 1.º Congresso Português de Sociologia, o esforço associativo que lhe está subjacente, os seiscentos participantes, a quase centena de comunicações sobre variadíssimos aspectos da sociedade portuguesa, este próprio painel sobre a profissão de sociólogo — são testemunhos veementes de que estamos num novo período da sociologia em Portugal.

Fala-se de uma certa crise das ciências sociais, a nível mundial. Mas é preciso entendermo-nos sobre a natureza e o âmbito dessa crise.

É uma crise, por um lado, do número de lugares e dos orçamentos universitários para o ensino e para a investigação. Neste aspecto é uma crise que se integra na do Estado-Providência e que tem, evidentemente, aspectos preocupantes. No entanto, no nosso país, dada a muito recente institucionalização da sociologia na universidade, ainda não se atingiu o tecto, embora a taxa de crescimento comece a ter tendência para se atenuar. Além disso, estudos realizados na Europa mostram que aquele relativo bloqueamento universitário não significa que não haja acréscimo de procura, agora mais difundida pelo conjunto social, e uma correlativa maior diversidade dos papéis profissionais dos sociólogos³⁷.

Em crise está também, por outro lado, a adesão apaixonada e dogmática a um ou outro dos paradigmas clássicos, num debate estéril de fidelidades. Estão também em perda de velocidade as grandes pretensões de síntese com acentuado carácter de filosofia social e mesmo de profetismo social, por parte de grandes vultos intelectuais com vocação de presença tute-

lar globalizante sobre o pensamento social do seu tempo. Por mais interessantes e importantes que tais trabalhos continuem a ser, hoje a sociologia orienta-se mais para a produção alargada de conhecimento analítico sobre os mais variados aspectos da realidade social.

Assiste-se a uma modificação da sensibilidade cultural contemporânea no sentido de uma maior consciência generalizada de que a sociedade se produz a si própria. Começa a divulgar-se a noção de que os fenómenos sociais constituem um emaranhado altamente complexo, de que todos os processos que ocorrem nas áreas tecnológica, económica, ecológica, política, institucional ou cultural têm condicionamentos e implicações sociais — os quais é cada vez mais urgente conhecer e tomar em conta nas várias esferas e modalidades da acção social.

Esta acrescida consciência do social, que se manifesta das mais diversas maneiras, desencadeia uma tendência genérica para o aumento do pedido social de sociólogos. Com riscos, aliás, de efeitos de moda, de cepticismo (quando os sociólogos não dão logo resposta a tudo) ou de fetichismo (quando há sociólogos que embarcam no jogo mundano de dar logo resposta a tudo). Mas também com grandes potencialidades de alargamento do campo de trabalho dos sociólogos, na investigação científica fundamental e aplicada, na realização de estudos e planos, na consultoria, no ensino e na formação, na intervenção sociologicamente informada em numerosos domínios e contextos sociais³⁸.

É isso que está a acontecer em alguns países europeus, e também em Portugal. Por cá, sobre um pano de fundo de dificuldades, é possível detectar actualmente alguns factores favoráveis: o actual maior potencial de expansão de empregos devido ao tardio processo de profissionalização³⁹; a explosão de solicitações — induzidas externamente por organismos internacionais e pelo decalque de procedimentos correntes a esse nível — para a inclusão de sociólogos em equipas, serviços, organizações e departamentos, bem como para a incorporação da análise sociológica em estudos, relatórios, diagnósticos, sondagens, avaliações, planos e projectos de todo o tipo; a emergência endógena e a difusão, também entre nós, do reconhecimento de que grande número de questões e actividades não podem prescindir do contributo de competências específicas — analíticas e operatórias — sobre as relações e os processos sociais.

5. DOIS MODELOS DE CULTURA PROFISSIONAL DOS SOCIÓLOGOS

Sintetizando de modo muito esquemático o que tem vindo a ser dito, pode talvez caracterizar-se o actual momento do processo de profissionalização dos sociólogos como o da co-existência de dois modelos de cultura profissional. Em termos ideal-típicos não será descabido designá-los por

«cultura da dissociação entre ciência e profissão» e «cultura da associação entre ciência e profissão»

Tanto quanto é possível observar, a *cultura da dissociação* é um modelo cultural em perda de velocidade no nosso país. E a *cultura da associação* é um modelo cultural emergente, com tendência a expandir-se.

No quadro seguinte procura-se apresentar uma visão comparativa destes dois modelos culturais, entendidos como ideal-tipos.

Qual será o desenvolvimento da sociologia e da profissionalização dos sociólogos em Portugal, nas circunstâncias sociais que se desenham em termos globais no plano internacional e, especificamente, no nosso país? A resposta dependerá, em boa parte, do modelo de cultura profissional que se vier a tornar prevalecente.

DOIS MODELOS DE CULTURA PROFISSIONAL DOS SOCIÓLOGOS

	CULTURA DA DISSOCIAÇÃO (ENTRE CIÊNCIA E PROFISSÃO)	CULTURA DA ASSOCIAÇÃO (ENTRE CIÊNCIA E PROFISSÃO)
MODO COMO CONCEBE AS RELAÇÕES ENTRE CIÊNCIA (INVESTIGAÇÃO / ENSINO UNIVERSITÁRIOS) E PROFISSÃO	DISSOCIAÇÃO / OPOSIÇÃO («JOGO DE SOMA-NULA»)	ASSOCIAÇÃO / COOPERAÇÃO («JOGO COOPERATIVO»)
TIPO DE CONCEPÇÃO DO QUE É A ACTIVIDADE DE ENSINO / INVESTIGAÇÃO	ESSENCIALISTA	PROFISSIONAL
PAPÉIS PROFISSIONAIS CONCEBÍVEIS	INVESTIGAÇÃO / ENSINO	PLURALIDADE DE PAPÉIS PROFISSIONAIS
RELAÇÃO ENTRE UNIVERSITÁRIOS E NÃO-UNIVERSITÁRIOS	RUPTURA E DESVALORIZAÇÃO RECÍPROCA; COM 2 VERSÕES: a) ACADEMICISMO ou b) PRATICISMO	REDE DE RELACIONAMENTOS COOPERANTES
MODO COMO CONCEBE AS RELAÇÕES ENTRE PROBLEMAS SOCIAIS E PROBLEMAS SOCIO-LÓGICOS	CONTRAPOSIÇÃO RÍGIDA	REFORMULAÇÃO + TECNICIDADE OPERATÓRIA
CONCEPÇÃO DO GRAU DE AUTONOMIA PROFISSIONAL	2 VERSÕES: a) GRANDES, NOS LUGARES UNIVERSITÁRIOS ou b) PEQUENA, NOS LUGARES NÃO UNIVERSITÁRIOS	AUTONOMIA ACENTUADA, CONDIÇÃO E RESULTADO DO EXERCÍCIO DAS COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS

	CULTURA DA DISSOCIAÇÃO (ENTRE CIÊNCIA E PROFISSÃO)	CULTURA DA ASSOCIAÇÃO (ENTRE CIÊNCIA E PROFISSÃO)
TIPO DE SABERES	SABERES TEÓRICOS e/ou SABERES METODOLÓGICOS	SABERES TEÓRICO- METODOLÓGICOS + SABERES OPERATÓRIOS
RELAÇÃO COM OS PARADIG- MAS	2 VERSÕES: a) EXCLUSIVISMO PARADIGMÁ- TICO ou b) DISPERSÃO ECLÉTICA	ABERTURA PLURI- -PARADIGMÁTICA REFLECTIDA E EXPLORATÓRIA
RELAÇÃO COM AS TEORIAS	2 VERSÕES: a) TEORICISMO ou b) EMPIRISMO	INSTRUMENTALIDADE PRODUTI- VA DAS TEORIAS (NA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS EMPÍRICOS E DE SABERES OPERATÓRIOS)
PREOCUPAÇÕES DEONTOLÓGICAS	QUALIDADE CIENTÍFICA	QUALIDADE CIENTÍFICA + CAPACIDADE TÉCNICA + RESPONSABILIDADE SOCIAL
ATITUDE COM QUE SE PROCU- RA A LICENCIATURA	FUGA À PROFISSIONALIZAÇÃO	PROCURA DA PROFISSIONALIZA- ÇÃO (UNIVERSITÁRIA OU EX- TRA-UNIVERSITÁRIA)
ATITUDE PERANTE A PROFIS- SIONALIZAÇÃO	DESCRENÇA	AUTO-CONFIANÇA
A QUEM SE ATRIBUI O PRINCI- PAL ENCARGO DE CONSTRUIR / DEFINIR OS PAPÉIS PROFIS- SIONAIS	AOS «EMPREGADORES», AOS «OUTROS»	AOS PRÓPRIOS SOCIÓLOGOS
PREOCUPAÇÃO COM O ASSO- CIATIVISMO PROFISSIONAL	DISTANCIAMENTO	INTERESSE / EMPENHAMENTO
CONCEPÇÃO DO ENSINO	2 VERSÕES: a) TEORICISTA ou b) PRATICISTA	COMBINAÇÃO DO ENSINO- APRENDIZAGEM DE SABERES TEÓRICOS, METODOLÓGICOS E OPERATÓRIOS
PRESENÇA DO MODELO CUL- TURAL ENTRE OS SOCIÓLO- GOS PORTUGUESES	DECLINANTE	EMERGENTE

NOTAS

¹ Robert K. Merton, «A profecia que se cumpre por si mesma», in *Sociologia — teoria e estrutura*, São Paulo, Editora Mestre Jou, 1970 (ed. orig. 1949, 1968).

² A. Carr-Saunders, *Professions: Their Organisation and Place in Society*, Oxford, Clarendon Press, 1928, p. 5.

³ Talcott Parsons, «Professions», in *International Encyclopedia of the Social Sciences*, Londres, The Macmillan Company, 1972 (ed. orig. 1968), vol. 12, p. 536.

⁴ John e Barbara Ehrenreich, «The Professional-Managerial Class», *Radical America*, vol. 11, 1977.

⁵ Alvin W. Gouldner, *The Future of Intellectuals and the Rise of the New Class*, Londres, Macmillan, 1979.

⁶ John Goldthorpe, «On the service class, its formation and future», in Anthony Giddens e Gavin Mackenzie (eds.), *Social Class and the Division of Labour*, Cambridge, Cambridge University Press, 1982.

⁷ Veja-se Everett C. Hughes, *Men and their Work*, Glencor, The Free Press, 1958.

⁸ António Nóvoa, *Le Temps des Professeurs*, Lisboa, INIC, 1987, vol. I, pp. 23-56.

⁹ Sobre a profissionalização da sociologia veja-se por exemplo, acerca dos Estados Unidos da América, Morris Janowitz, «Professionalization of Sociology», *American Journal of Sociology*, vol. 78, n.º 1, 1972, e acerca da França e da Holanda, Renaud Sainsaulieu et al., *L'Exercice Professionnel de la Sociologie*, Paris, CNRS-IRESO, 1987.

Exemplos de trabalhos recentes sobre as profissões e os processos de profissionalização são, entre tantos outros, o de Therry Johnson, «The State and the professions: peculiarities of the British», in Anthony Giddens e Gavin Mackenzie (eds.), *ob. cit.*, e o de Terence C. Halliday, «Knowledge mandates: collective influence by scientific, normative and syncretic professions», *The British Journal of Sociology*, vol. 36, n.º 3, 1985.

Em Portugal podem referir-se, por exemplo, o trabalho de António Nóvoa, *Le Temps des Professeurs — Analyse socio-historique de la profession enseignante au Portugal (XVIII-XX siècle)*, 2 vol., Lisboa, INIC, 1987, o de Fernando Ruivo, «A construção de um projecto profissional: o caso da medicina», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 23, 1987, e o de Helena Costa G. Araújo, «Profissionalismo e Ensino», *Cadernos de Ciências Sociais*, n.º 3, 1985.

¹⁰ Vejam os artigos inseridos nas duas colectâneas seguintes: Robert K. Merton, *A Ambivalência Sociológica e Outros Ensaio*, Rio de Janeiro, Zahar, 1979, e *La sociologia de la ciencia* (2 vol.), Madrid, Alianza Editorial, 1977. Veja-se também Barry Barnes, Thomas S. Kuhn, Robert K. Merton et al., *Estudios sobre sociologia de la ciencia*, Madrid, Alianza Editorial, 1980.

¹¹ Robert K. Merton, *La sociologia de la ciencia*, *ob. cit.*, vol. 2, p. 420.

¹² Segundo Merton, o *ethos* da ciência moderna assenta nesses quatro imperativos institucionais (Robert K. Merton, «La estructura normativa de la ciencia» (1942), in *La sociologia de la ciencia*, *ob. cit.*, vol. 2). Merton salienta também o carácter ambivalente da cultura profissional dos cientistas. Por exemplo, a norma do desinteresse coexiste ambivalentemente com a da procura de reconhecimento (Robert K. Merton, «'Reconocimiento' y 'excelência': ambigüedades instructivas» (1960), in *La sociologia de la ciencia*, *ob. cit.* vol. 2). Tais ambivalências são particularmente visíveis nas nada desinteressadas polémicas em torno da prioridade das descobertas científicas (veja-se, por exemplo, Robert K. Merton, «A ambivalência dos cientistas» (1963), in *A Ambivalência Sociológica e Outros Ensaio*, *ob. cit.*).

¹³ De entre um grande número de outras abordagens, mais recentes, veja-se, por exemplo os trabalhos de Pierre Bourdieu sobre o campo científico (Pierre Bourdieu, «Le champ scientifique», *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.º 2-3, 1976) e os de Gérard Lemaine sobre as estratégias de diferenciação na comunidade científica (Gérard Lemaine, «Science normal et science hypernormale — les stratégies de différenciation et les stratégies conservatrices dans la science», *Revue française de sociologie*, vol. XXI, n.º 4, 1980). Para uma reavaliação recente do confronto de perspectivas na sociologia da ciência, veja-se François-André Isambert, «Un 'programme fort' en sociologie de la science?», *Revue française de sociologie*, vol. XXVI, n.º 3, 1985.

¹⁴ É também interessante ver a argumentação de Talcott Parsons sobre a homologia entre vários domínios da moderna estrutura ocupacional — incluindo o complexo disciplinar-profissional, o mundo dos negócios e a esfera do governo — na partilha de parâmetros normativos como racionalidade, especificidade funcional e universalismo (Talcott Parsons, «Las profesiones y la estructura social», in *Ensayos de Teoría Sociológica*, Buenos Aires, Paidós, 1967). É também útil relembrar textos clássicos como os de Max Weber, «A Ciência como Vocação» (1919), in *O Político e o Cientista*, Lisboa, Presença, 1973, de C. Wright Mills, *The Sociological Imagination* (1959), Harmondsworth, Penguin, 1977, ou de Pierre Bourdieu, Jean-Claude Chamboredon e Jean-Claude Passeron, *Le Métier de Sociologue* (1968), Paris, Mouton, 1983, com toda a influência que têm exercido na formação dos sociólogos.

¹⁵ Claude Lévi-Strauss, *Tristes Trópicos* (1955), Lisboa, Edições 70, 1979, pp. 48-49.

¹⁶ Para falar só destas últimas limito-me a transcrever a irónica observação de Richard Rorty de que mestres franceses do neo-conservadorismo pós-modernista, como Lyotard, incorporam «uma das mais tontas ideias da esquerda — a de que fugir às instituições é automaticamente uma boa coisa, porque assegura que não se vai ser «usado» pelas forças más que «cooptaram» essas instituições» (Richard Rorty, «Habermas e Lyotard acerca da pós-modernidade», *Crítica*, n.º 2, 1987, p. 54).

¹⁷ A. Sedas Nunes, *Sobre o problema do conhecimento nas ciências sociais: materiais duma experiência pedagógica* (6.ª edição), Lisboa, ICS, 1982, pp. 29-30. Sobre as relações entre problemática teórica, matriz teórica e problemas de investigação, ver João Ferreira de Almeida e José Madureira Pinto, *A Investigação nas Ciências Sociais*, Lisboa, Presença, 1976, pp. 11 e segs. e pp. 64 e segs., e ainda João Ferreira de Almeida e José Madureira Pinto, «Da teoria à investigação empírica — problemas metodológicos gerais», in Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Afrontamento, 1986, pp. 62-65.

¹⁸ Sobre as questões da relevância veja-se, por exemplo, John Eldridge, «Facets of «relevance» in sociological research», in Frank Heller (ed.), *The Use and Abuse of Social Science*, London, SAGE, 1986.

¹⁹ Max Weber, «A objectividade do conhecimento nas ciências e na política sociais», in *Sobre a Teoria das Ciências Sociais*, Lisboa, Presença, 1974.

²⁰ Lucien Goldmann, «Epistemologia da Sociologia», in *Epistemologia e Filosofia Política*, Lisboa, Presença, 1984.

²¹ Jurgen Habermas, *Connaissance et Intérêt*, Paris, Gallimard, 1976.

²² Pierre Bourdieu, «Une science qui dérange», in *Questions de sociologie*, Paris, Minituit, 1980.

²³ Renaud Sainsaulieu et al, *L'Exercice Professionnel de la Sociologie*, ob. cit.

²⁴ Sobre as diversas modalidades de relações e graus de autonomia recíproca entre o profissional-investigador e o cliente-utilizador, nas ciências sociais, veja-se Frank Heller, «Introduction and overview», in Frank Heller (ed.) *The Use and Abuse of Social Science*, ob. cit. Sobre o alcance, a orientação, os contextos cultural, organizacional, económico e situacional, os tipos de problemas definidos, os valores, as teorias e os métodos na ciência social aplicada, veja-se Robert K. Merton «Dimensiones técnicas e morales de la investigación» («The Role of Applied Social Science in the Formation of Policy, 1949»), in *La sociología de la ciencia*, ob. cit., vol. 1.

²⁵ Veja-se a este respeito Anthony Giddens, «What do sociologists do?» (1986), in *Social Theory and Modern Sociology*, Cambridge, Polity Press, 1987.

²⁶ Frank Parkin, *Marxism and Class Theory — A Bourgeois Critique*, London, Tavistock Publications, 1979, pp. 54-60.

²⁷ Duncan MacRae Jr., *The Social Function of Social Science*, New Haven, Yale University Press, 1976.

²⁸ Aliás, todas elas com uma função ética a cumprir, segundo MacRae.

²⁹ Não se quer com isto dizer que não haja outras áreas das ciências sociais com grandes zonas de sobreposição com a sociologia, no plano das teorias e dos métodos, e no plano dos pressupostos éticos. O esbatimento das fronteiras interdisciplinares, a circulação transdisciplinar dos paradigmas e os trabalhos convergentes sobre determinados objectos, a partir

de diferentes ciências sociais, poriam definitivamente de lado qualquer eventual pretensão de exclusividade.

³⁰ António Firmino da Costa e Fernando Luis Machado, «Meios populares e escola primária — pesquisa sociológica num projecto interdisciplinar de investigação-acção», *Sociologia — problemas e práticas*, n.º 2, 1987, p. 88.

³¹ Ver, por exemplo, Peter Hall, «Interaccionism and the study of social organization», *The Sociological Quarterly*, vol. 28, n.º 1, 1987. Ver também Renaud Sainsaulieu, *Sociologie de l'Organisation et de l'Entreprise*, Paris, PFNSP/Dalloz, 1987.

³² Anthony Giddens, *The Constitution of Society — Outline of the Theory of Structuration*, Cambridge, Polity Press, 1984.

³³ Veja-se Mark L. Wardell e Stephen P. Turner (ed.), *Sociological Theory in Transition*, Boston, Allen and Unwin, 1986.

³⁴ Augusto Santos Silva, «O sociólogo como técnico e agente de desenvolvimento», *Sociologia — problemas e práticas*, n.º 3, 1987.

³⁵ Manuel Seca Silva, «O sociólogo na gestão da empresa», *Sociologia — problemas e práticas*, n.º 2, 1987.

³⁶ Designadamente, na comunicação de abertura do 1.º Congresso Português de Sociologia, pelo Presidente da Associação Portuguesa de Sociologia, João Ferreira de Almeida.

³⁷ Ver Renaud Sainsaulieu *et al*, *ob. cit.*

³⁸ Sobre o impacto social da sociologia, as suas implicações práticas, o desenvolvimento de uma cultura sociológica e as tendências para o futuro da sociologia é particularmente interessante ver, de Anthony Giddens, «What do sociologists do?», *ob. cit.*, e «Nine theses on the future of sociology» (1986), in *Social Theory and Modern Sociology*, Cambridge, Polity Press, 1987.

³⁹ Comparado por exemplo, com os Estados Unidos da América (ver Morris Janowitz, *ob. cit.*) ou com a Holanda (ver Odile Chenal «Des sociologues professionnels reconnus. Le cas des Pays Bas», in R. Sainsaulieu *et al*, *ob. cit.*), países em que o processo de profissionalização se vem fazendo há muito tempo e onde há uma grande implantação profissional dos sociólogos.